



Monitor de conjuntura política

Leonardo Barreto

Drive da semana

Quatro anos em uma semana

Esta semana marca o início da votação do pacote fiscal, que promete ser decisiva para o futuro do governo Dilma. Se o governo fracassar, boa parte do que lhe resta de credibilidade estará perdida. Se tiver sucesso, ganhará fôlego para estruturar outras áreas da administração que aguardam a sinalização da Fazenda para poderem, finalmente, iniciarem 2015.

Como se sabe desde a posse de Dilma, a manutenção da autoridade política deste governo depende da percepção dos agentes econômicos e sociais de que a economia está sendo conduzida com nível de competência e sustentação adequados. Dilma sabe disso. Tanto que aceitou (ou foi forçada pelos fatos a aceitar) dar autonomia total a Joaquim Levy para negociar o que fosse preciso com o Congresso Nacional para obter a aprovação do pacote fiscal, algo que destoava do seu estilo de conduzir temas estratégicos.

No entanto, se Levy goza de credibilidade, não se pode dizer que ele esteja confortável quanto à sustentação política das MPs que carregam o ajuste. E, por incrível que pareça, além de todas as restrições e indisposição que naturalmente já cercam um pacote de ajuste fiscal, o problema adicional não está nas estratégias da oposição e nem mesmo no PMDB.

Na verdade, o fiel da balança desta votação tende a ser o comportamento adotado pelo PT.

Se o partido da presidente não apoiar decididamente o ajuste, arcando com os custos de popularidade que ele traz, os outros partidos não se disporão “a pagar o pato” sozinhos. Ou seja, para que o ajuste seja aprovado, os partidos exigirão que o PT arque com a maior parte do seu custo político. Se isso não acontecer, os resultados são incertos, com uma probabilidade maior de derrota.

Levy está fazendo o que pode. Em fala realizada ontem, sinalizou, principalmente para Renan Calheiros, que estará pronto para aceitar os termos dos estados para a unificação do ICMS, inclusive validando benefícios fiscais concedidos no passado. Para comunicar e justificar melhor o pacote, ontem ele criou o termo “agenda triplo A” e prometeu crescimento a partir do próximo ano, afirmando que o ajuste e o fim das desonerações darão espaço para outras políticas, como o Minha Casa, Minha Vida, algo que soa bem aos deputados.

O que se sabe mas não se ousa dizer são as consequências para Dilma caso o ajuste não seja aprovado ou seja muito desfigurado por culpa do PT. Se ela não tiver sequer o apoio do seu partido, não lhe restaria mais qualquer sustentação. A situação representaria um convite inequívoco não apenas à renúncia de Joaquim Levy, mas também à sua própria. Sendo a política econômica a única mudança expressiva trazida pelo seu segundo governo, nada lhe restaria caso ela fosse refutada pelo Congresso.